

ESCRITURA PARTICULAR DE EMISSÃO DE DEBÊNTURES



ANCAR SHOPPING S.A., inscrita no CGC/MF sob o nº 00.979.769/0001-01, com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Rua Lauro Muller 116, 25º andar - parte, por seus representantes, a seguir denominada **EMISSORA**;

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas 1.155 - 1.301, inscrita no CGC/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, a seguir denominada **AGENTE FIDUCIÁRIO**;

ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S.A., com sede na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Lauro Muller nº 116 - 25º andar parte, inscrita no CGC/MF sob o nº 40.430.571/0001-80, por seus representantes legais, a seguir denominada **INTERVENIENTE**;

têm entre si acordado celebrar a presente Escritura Particular de Emissão Pública de Debêntures, que se regerá pelas seguintes cláusulas e condições:

I - DA AUTORIZAÇÃO E DOS REQUISITOS

1. Em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 04 de dezembro de 1995, foi deliberada a emissão de debêntures nos termos desta escritura.
2. A ata da AGE que deliberou sobre a emissão foi arquivada na Junta Comercial do Estado do Rio de Janeiro sob o nº 766.411, em 07.12.1995, e publicada no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro em 11.12.1995.
3. A presente escritura será registrada no competente Cartório de Registro de Imóveis da Comarca do Rio de Janeiro - RJ, sede da **EMISSORA**.

II- DAS CONDIÇÕES DA EMISSÃO

1. Quantidade de Títulos: Serão emitidas 2.000 (duas mil) debêntures, em série única.
2. Valor da Emissão: O montante total da emissão é de R\$ 20.000.000,00 (vinte milhões de reais).
3. Data da Emissão: Para todos os efeitos legais, a data da emissão das debêntures será o dia 01 de dezembro de 1995.



4. Vencimento: 01 de dezembro de 2003.

5. Valor Nominal: Cada debênture terá valor nominal, na data de sua emissão, de R\$ 10.000,00 (dez mil reais);

6. Forma: As debêntures serão nominativas, sem emissão de certificado;

7. Espécie das Debêntures: As debêntures serão da espécie subordinada aos credores quirografários da **EMISSORA**, preferindo apenas aos acionistas no ativo remanescente da **EMISSORA**, se houver, no caso de sua liquidação;

8. Tipo: As debêntures serão simples, não conversíveis em ações da **EMISSORA**;

9. Atualização Monetária: O valor nominal das debêntures será atualizado monetariamente, na periodicidade permitida por lei, calculado "pro-rata tempore" a partir da data de emissão, da seguinte forma:

$$TIGP-M = [IGP-M \times (IGP-M_{n-1})^{t/dc} - 1] \times 100, \text{ onde:}$$

TIGP-M	= taxa conforme a variação acumulada do IGP-M, em porcentagem.
IGP-M	= fator de variação acumulada do IGP-M, calculada e divulgada pela Fundação Getúlio Vargas, desde a data de emissão até o 1º dia do mês de qualquer obrigação ou evento relativos às debêntures desta emissão.
IGP-M n-1	= fator de variação do IGP-M, calculado e divulgado pela Fundação Getúlio Vargas, referente ao mês anterior ao mês da obrigação ou evento.
t	= número de dias corridos entre a data do evento e o 1º dia do mês da obrigação ou evento.
dc	= dias corridos do mês da obrigação ou evento

Na hipótese da extinção do IGP-M, ou se forem criadas normas legais ou regulamentares que impeçam a sua utilização como índice de atualização, as debêntures desta emissão tornar-se-ão automaticamente atualizadas pelo índice que o substituir. Extinto também o índice substituto, ou não sendo permitida a sua utilização para os fins aqui previstos, serão nomeados dois árbitros, um indicado pela **EMISSORA** e outro pelos debenturistas, os quais, de comum acordo, definirão um novo índice de atualização que assegure proteção contra a perda do poder aquisitivo da moeda. Caso não cheguem a um consenso, os dois árbitros elegerão um terceiro árbitro para estabelecer o novo índice de atualização.

10. Rendimento: Cada debênture fará jus "pro-rata tempore" a rendimento mensal equivalente (i) ao somatório dos Juros e do Prêmio 1, conforme definidos nos itens 10.1 e 10.2 abaixo, ou (ii) ao Prêmio 2, conforme definido no item 10.3 abaixo, sendo certo que em nenhuma hipótese serão cumulativos

os valores previstos em (i) e (ii) supra, aplicando-se, assim, a cada mês automaticamente, sempre o maior desses valores.



10.1 Juros: Cada debênture renderá juros de 12% a.a. (doze por cento ao ano), calculado sobre o seu valor nominal atualizado nos termos do item 9 acima, pagáveis mensalmente à razão de 0,948879% (zero vírgula nove quatro oito oito sete nove por cento) por mês;

10.2 Prêmio 1: Cada debênture fará jus a um prêmio de 2% a.a. (dois por cento ao ano), calculado sobre o seu valor nominal atualizado nos termos do item 9 acima, pagável mensalmente à razão de 0,165158% (zero vírgula hum seis cinco hum cinco oito por cento) por mês;

10.3 Prêmio 2: Cada debênture fará jus a prêmio mensal de 0,00675% (zero vírgula zero zero seis sete cinco por cento) da receita líquida total auferida pela **INTERVENIENTE** proveniente de sua participação nos shopping centers Conjunto Nacional Brasília, sito à SDN Conjunto A, Brasília D.F., Shopping Center Recife, sito à Rua Padre Garapuço 777, Boa Viagem, Recife, e do Shopping Center Iguatemi Porto Alegre, sito à Rua João Wallig nº 1800, Porto Alegre. A receita líquida auferida pela **INTERVENIENTE** em cada um dos shopping centers, será apurada com base no seguinte cálculo: **o somatório** (i) dos valores efetivamente recebidos pelo shopping center a título de aluguel das salas de uso comercial e, se houver, (ii) das taxas de estacionamento efetivamente pagas pelos usuários do shopping center; **deduzido do somatório**: (i) das despesas regulares de administração do shopping center; (ii) das despesas atribuídas às lojas vagas ou a locatários/lojistas inadimplentes com as despesas ordinárias ou extraordinárias de condomínio do shopping center; (iii) das despesas de manutenção, aprimoramento e modernização do shopping center que não forem responsabilidade direta ou indireta dos locatários/lojistas; (iv) das despesas relativas ao fundo de promoção do shopping center de responsabilidade da **INTERVENIENTE**; e (v) de toda e qualquer despesa ou desembolso de responsabilidade direta ou indireta do condomínio civil do shopping center. Os cálculos a serem feitos para efeito de apuração da receita líquida total da **INTERVENIENTE**, com relação a cada shopping center, serão feitos levando-se em conta o regime de caixa, apurando-se, assim, a cada mês, as receitas e as despesas auferidas entre o primeiro e o último dia do mesmo mês calendário. A **INTERVENIENTE** demonstrará a apuração da receita líquida descrita neste item através de relatório por ela elaborado, que deverá ser entregue à **EMISSORA** até o sétimo dia útil do mês subsequente àquele em questão, para estar à disposição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** e dos debenturistas, de acordo com o disposto no item 1.4 da Cláusula IV abaixo.

10.4 O aqui disposto, em nenhuma hipótese, restringe ou limita, no todo ou em parte, o poder de gerência e administração da **INTERVENIENTE** no tocante a cada shopping center nomeado no item 10.3 supra, que permanecerão sendo geridos e administrados sem qualquer ingerência ou participação dos debenturistas, direta ou indireta, mas sempre segundo as mais avançadas técnicas de administração e gerência desse tipo de empreendimento, visando à sua melhor exploração comercial.

10.5 A **INTERVENIENTE** se obrigará, a colocar à disposição dos debenturistas, na data do pagamento do Prêmio 2, porcentagem da receita líquida prevista no item 10.3 acima, proveniente dos shopping centers Conjunto Nacional Brasília, Shopping Center Recife e Shopping Center Iguatemi Porto Alegre. Para tanto, a **INTERVENIENTE** comparece à escritura de emissão na qualidade de fiadora, principal pagadora, solidariamente responsável, de forma irrevogável e irretratável, renunciando expressamente aos benefícios de que tratam os artigos 1.491, 1.500 e 1.503 do Código Civil, dos artigos 261 e 262 do Código Comercial e do artigo 595 do Código de Processo Civil.



10.6 A **INTERVENIENTE** se compromete a depositar junto à instituição financeira mandatária junto ao CETIP / Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, que operacionaliza o Sistema Nacional de Debêntures a quantia necessária para efetuar o pagamento do rendimento mensal disposto no item 10.3 supra.

10.7 O pagamento dos (i) Juros acrescido do Prêmio 1 ou (ii) do Prêmio 2, conforme o caso, será efetuado até o sétimo dia útil do mês subsequente ao mês de apuração das receitas e despesas, aplicando-se o cálculo "pro-rata tempore" entre a data de integralização e a data do primeiro pagamento do rendimento.

11. Resgate Programado: A **EMISSORA** se compromete a adquirir de cada debenturista, debêntures nas seguintes condições: a) serão resgatadas em porcentagem calculada sobre o número de títulos detidos por cada debenturista e nas datas aprazadas como se segue: (i) 20% em 01.12. 2000; (ii) 20% em 01.12. 2001; (iii) 20% em 01.12. 2002; e (iv) 40% em 01.12.2003; b) o preço de aquisição corresponderá ao valor nominal da debênture, atualizado monetariamente nos termos do item 9 desta Cláusula.

11.1 A **INTERVENIENTE** se obriga, em caráter irrevogável e irretratável, a garantir a aquisição pela **EMISSORA**, das debêntures nas datas estipuladas nos termos do item 11. Para tanto comparece neste instrumento na qualidade de fiadora, principal pagadora, solidariamente responsável, renunciando expressamente aos benefícios de que tratam os artigos 1.491, 1.500, e 1.503 do Código Civil, dos artigos 261 e 262 do Código Comercial e do artigo 595 do Código de Processo Civil.

12. Aquisição Facultativa: A **EMISSORA** poderá, a qualquer tempo, após 01.12.1997, adquirir as debêntures em circulação no mercado para mantê-las em tesouraria ou resgatá-las.

12.1 O preço de aquisição corresponderá ao valor nominal da debênture, atualizado monetariamente nas condições descritas no item 9 desta Cláusula.

12.2 A **EMISSORA**, em caso de resgate, deverá comunicar aos debenturistas com antecedência mínima de 10 (dez) dias da data marcada para a aquisição, o volume das debêntures que pretende resgatar, marcando dia e hora do sorteio em caso de resgate parcial dos títulos em circulação.

13. Juros Moratórios: Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer obrigação, ficarão, os débitos em atraso sujeitos a juros moratórios de 10% (hum por cento) ao mês, calculado "pro-rata tempore" até a data do efetivo pagamento da obrigação.

14. Preço de subscrição e integralização: As debêntures serão subscritas integralizadas à vista, no ato da subscrição, pelo valor nominal devidamente atualizado na forma do item 9 desta Cláusula, calculado "pro-rata tempore".

15. Negociação: As debêntures serão negociadas junto ao SND - Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela ANDIMA - Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto e operacionalizado pelo CETIP - Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos.

16. Decadência dos Direitos aos Acréscimos: O não comparecimento do debenturista para receber o valor correspondente a qualquer obrigação pecuniária nas datas previstas neste instrumento ou em comunicação pública pela Emissora, não lhe dará direito ao recebimento de juros e atualização monetária referente ao período em atraso.

III - DAS DECLARAÇÕES

A **EMISSORA** declara que o seu capital social, subscrito e integralizado, é de R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), representado por 50.000 (cinquenta mil) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal. O exercício social tem início em 01 de janeiro e término em 31 de dezembro de cada ano.

IV -DAS OBRIGAÇÕES ESPECIAIS DA EMISSORA

1. Da **EMISSORA**:

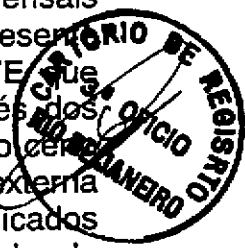
1.1 Manter atualizado o registro necessário junto à CVM -Comissão de Valores Mobiliários, até o vencimento final dos títulos;

1.2 Manter auditoria externa enquanto as debêntures não forem resgatadas;

1.3 Proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros resultantes de atos de sua gestão, nos termos da Lei 6.404, de 15/12/1976, e das demais legislações aplicáveis, promovendo a publicação dos seguintes documentos: a) balanço patrimonial; b) demonstração de lucros ou prejuízos acumulados; c) demonstração das origens e aplicações dos recursos; d) certificado de auditoria externa, quando se tratar de balanço geral.

1.4 Manter para fiscalização pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, os relatórios mensais (i) elaborado pela **INTERVENIENTE** referente às receitas e às despesas de cada shopping center conforme definido no item 10.3 da Cláusula II, bem como (ii) os fornecidos pelas administradoras de cada shopping center à **INTERVENIENTE** e a cada um de seus sócios em cada empreendimento;

1.4.1 Sempre que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** questionar os relatórios mensais em poder da **EMISSIONA** poderá determinar à **EMISSIONA** que (i) apresente esclarecimentos complementares ou (ii) determine à **INTERVENIENTE** que realize no shopping center em questão auditoria independente, através dos auditores selecionados conforme o disposto no item 1.4.2 abaixo, sendo que os custos e despesas incorridas na realização desta auditoria externa serão suportados pelos próprios debenturistas, caso os auditores indicados atestem a correção dos valores indicados nos relatórios mensais em poder da **EMISSIONA**, ou pela própria **EMISSIONA**, caso sejam constatadas discrepâncias desfavoráveis aos debenturistas, entre os valores apurados pelos auditores externos e os constantes dos relatórios mensais.



1.4.2 O **AGENTE FIDUCIÁRIO** fornecerá à **EMISSIONA** lista contendo ao menos 3 (três) auditores independentes, cabendo à **EMISSIONA**, a seu critério escolher um dentre eles, que se encarregará da auditoria independente prevista no item 1.4.1 acima.

1.5 Fornecer cópia, sempre que solicitada, dos comprovantes dos depósitos efetuados na instituição financeira mandatária junto à CETIP de que trata o item 10.6 da Cláusula II acima;

1.6 Enviar ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** cópia das demonstrações financeiras anuais e do parecer da auditoria, tão logo esses documentos tenham sido elaborados, bem como as informações referentes à Instrução CVM nº 202, de 06/12/1993, com a mesma periodicidade em que são enviadas à CVM;

1.7 Fornecer ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da solicitação, cópia de qualquer outro documento ou informação que possa ser relevante para a defesa dos debenturistas. O prazo aqui estabelecido será prorrogado, caso comprovada pela **EMISSIONA** a impossibilidade de seu atendimento;

V - DO AGENTE FIDUCIÁRIO

1. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** desta emissão de debêntures, qualificado no preâmbulo desta Escritura aceita tal nomeação para, nos termos da Lei 6.404/76 e da presente escritura, representar a comunhão dos titulares das debêntures perante a **EMISSIONA**, e declara não ter impedimento para exercer a função;

2. Será devido ao **AGENTE FIDUCIÁRIO** a título de honorário pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta escritura, uma remuneração paga da seguinte forma:

2.1 Parcelas semestrais de R\$ 8.000,00 (oito mil reais), vencíveis em 01/02 e 01/08 de cada ano, sendo a primeira em 01/02/96 e a última no vencimento da emissão, calculada de forma "pro rata" pelo tempo de vigência da debênture.

2.2 As parcelas serão anualmente atualizadas monetariamente "pro-rata tempore" na mesma forma do disposto no item 9, a partir de 01/12/95.

2.3 As remunerações não incluem as despesas com publicações, viagens e estadias no território nacional necessárias ao exercício da função de agente fiduciário, a serem cobertas pela **EMISSORA**;

2.4 Todas as despesas com procedimentos legais em que o **AGENTE FIDUCIÁRIO** venha a incorrer para resguardar os interesses dos debenturistas, deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos debenturistas e, posteriormente, se previsto em lei, ressarcidas pela **EMISSORA**. Tais despesas incluem também os gastos com honorários advocatícios, custas judiciais e taxas judiciárias, nas ações propostas pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, enquanto representante da comunhão dos debenturistas. As eventuais despesas e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos debenturistas, bem como a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO** na hipótese da **EMISSORA** permanecer em inadimplência com relação ao pagamento desta por um período superior a 60 (sessenta) dias.

2.5 Na ocorrência de Assembléia de Debenturistas o **AGENTE FIDUCIÁRIO** fará jus a remuneração adicional equivalente a R\$ 1.500,00 (hum mil e quinhentos reais), devidos 05 (cinco) dias após a realização da Assembléia, no caso de Assembléia decorrente de alterações das disposições legais então em vigor, não será devida a remuneração adicional aqui prevista.

2.6 Em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta remuneração, os débitos em atraso ficarão sujeitas a juros de mora na forma definida para as obrigações tratadas na escritura de **EMISSÃO**;

2.7 As remunerações serão acrescidas dos seguintes Impostos : ISS (Impostos sobre serviços de qualquer natureza), PIS (Contribuição ao Programa de integração social) e quaisquer outros impostos que venham a incidir sobre a remuneração do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, excetuando-se o Imposto de Renda, nas alíquotas vigentes nas datas de cada pagamento.

3. Correrão por conta da **EMISSORA** todas as despesas com publicações que, por força das normas legais o **AGENTE FIDUCIÁRIO** tenha que fazer;

4. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá a qualquer tempo, ser substituído em suas funções , nos seguintes casos: (a) por deliberação da assembléia de debenturistas em que estejam representadas, no mínimo, metade das debêntures em circulação; (b) por ato da Comissão de Valores Mobiliários;

5. Na hipótese de não poder o **AGENTE FIDUCIÁRIO** continuar a exercer as funções por circunstâncias supervenientes a esta escritura, deverá comunicar imediatamente o fato aos debenturistas, pedindo a sua substituição;

6. A substituição do **AGENTE FIDUCIÁRIO** será feita mediante aditivo a esta escritura;



7. Além dos outros previstos em Lei 6.404/76 e em especial daqueles previstos no art. 12 da Instrução CVM nº 28, de 23/11/1983, constituem deveres e atribuições do **AGENTE FIDUCIÁRIO**: a) proteger os direitos e interesses dos debenturistas, empregando no exercício da função o cuidado e a diligência que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens; b) praticar privativamente todos e quaisquer atos relativos ao exercício dos direitos consubstanciados nos títulos, cujos efeitos interessem à coletividade de seus portadores; c) verificar, observado o disposto nos itens 1.4.1 e 1.4.2 da Cláusula IV, a apuração da receita líquida conforme definida no item 10.3 da Cláusula II e incluir no relatório anual de que trata a letra d deste item; d) elaborar relatório anual, dentro de, no máximo, 4 (quatro) meses contados do encerramento do exercício social da **EMISSORA**, em que declarará sobre sua aptidão para permanecer no exercício da função, informando sobre os fatos relevantes ocorridos durante o exercício e que interessem à comunhão dos portadores dos títulos objetos da presente escritura; e) notificar os debenturistas sobre qualquer inadimplemento, pela **EMISSORA**, das obrigações assumidas em decorrência da presente escritura.



8. O aviso de que o relatório, a que se refere a letra "d" do item 7 acima, está disponível, bem como qualquer publicação que se fizer necessária, serão publicados, no prazo da lei, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro e nos jornais onde a **EMISSORA** efetua suas publicações, observada ainda, no que couber, a regra estabelecida no parágrafo 3º do artigo 289 da Lei 6.404, de 15/12/1976;

9. O inteiro teor do relatório a que se refere a letra "d" do item 7 acima estará à disposição de qualquer debenturista, no escritório do **AGENTE FIDUCIÁRIO**, na Cidade do Rio de Janeiro;

10. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** usará de quaisquer procedimentos, judiciais ou extrajudiciais, contra a **EMISSORA** ou terceiros coobrigados, para a proteção e defesa dos interesses da comunhão de debenturistas e da realização de seus créditos, sendo-lhe especialmente facultado, em caso de inadimplemento da **EMISSORA**: a) declarar antecipadamente vencidas as debêntures, cobrando principal e acessórios; b) requerer a falência da **EMISSORA**; c) executar as garantias para pagamento dos valores devidos aos debenturistas; d) tomar as providências necessárias à realização da assembléia dos debenturistas;

11. O **AGENTE FIDUCIÁRIO** poderá exercer a atribuição prevista na letra "a" do item 11 acima na ocorrência das seguintes hipóteses: a) inadimplemento de qualquer obrigação proveniente da presente escritura; b) se a **EMISSORA** requerer concordata;

12. O eventual não exercício, pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, de qualquer dos procedimentos previstos nesta cláusula não consistirá novação e não impedirá que ele venha a exercê-los, em qualquer momento, a seu exclusivo critério;

13. A **EMISSORA** ressarcirá o **AGENTE FIDUCIÁRIO** de todas as despesas em que tenha incorrido para proteger os direitos e interesses ou para realizar seus créditos. O ressarcimento será efetuado dentro de, no máximo, 30 (trinta) dias contados da entrega à **EMISSORA** dos documentos comprobatórios das

despesas efetivamente feitas e necessárias à proteção dos portadores dos títulos. As despesas a que se refere este item compreenderão, inclusive, a publicação de relatórios, avisos e notificações, conforme previsto nesta escritura, extração de certidões e outras que vierem a ser exigidas por regulamentos aplicáveis.



VI - DA ASSEMBLÉIA DE DEBENTURISTAS

1. Os titulares de debêntures poderão, a qualquer tempo, reunirem-se em assembléia a fim de deliberar sobre qualquer matéria de interesse da comunhão de debenturistas;
2. A assembléia poderá ser convocada pelo **AGENTE FIDUCIÁRIO**, pela **EMISSIONA**, por debenturistas de mesma série que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das debêntures em circulação e pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários;
3. A presidência da assembléia caberá, conforme quem a tenha convocado, na forma do item 2 desta Cláusula, respectivamente, ao **AGENTE FIDUCIÁRIO**, ao presidente do Conselho de Administração da **EMISSIONA**, ao debenturista eleito pelos detentores dos títulos, ou àquele que for designado pela CVM-Comissão de Valores Mobiliários;
4. Em qualquer caso, o **AGENTE FIDUCIÁRIO** comparecerá às assembléias dos debenturistas prestando as informações que a ele forem solicitadas;
5. A assembléia se instalará em primeira convocação com a presença de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação, admitida a constituição de mandatários, observadas as disposições dos parágrafos 1º e 2º do artigo 126 da Lei 6.404 de 15/12/1976.
6. Cada debênture dará direito a um voto na assembléia de debenturistas.
7. Quaisquer modificações nas condições das debêntures objeto desta Escritura, dependerão da aprovação de debenturistas que representem, no mínimo, metade das debêntures em circulação;
8. Para efeito de constituição do quorum a que se refere esta cláusula, serão excluídas do número de debêntures em circulação aqueles pertencentes à **EMISSIONA**;

VII - DOS SEGUROS

A **EMISSORA** e a **INTERVENIENTE** obrigam-se a fazer com que o shopping center e seus bens permaneçam adequadamente segurados.



VIII - O FORO

Fica eleito o foro da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, com expressa exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer questões oriundas desta escritura.

E por estarem assim justas e contratadas, firmam a presente em 4 (quatro) vias de igual teor e forma, na presença das duas testemunhas abaixo assinadas.

Rio de Janeiro, 04 de dezembro de 1995.

ANCAR SHOPPING S.A.

**OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES
MOBILIÁRIOS**

ANCAR EMPREENDIMENTOS COMERCIAIS S.A.

TESTEMUNHAS :

Nome: DANIELA SCHUCHIANA
CPF: 705.370.387/87

Nome: Sandra Noletto Gonçalves
CPF: 981.936.977-04



CORREGEDORIA GERAL
DA JUSTIÇA RJ
SELO DE FISCALIZAÇÃO
Nº 10461
3º AUQ

249 OFÍCIO DE NOTAS - TABELIA - TANIA CASTRO
Av. Nilo Peçanha, 11 - S/Lj. e 29 - Fone: 532-2424
Autenticação - Frente 32/24
Autentico a presente cópia reprográfica conforme original a 11a apr
esentado, de que dou fé.
Valores
Autentic.....R\$ 0.17
Proc.dados.....R\$ 2.10
Total.....R\$ 2.27
Rio de Janeiro, 5 de Agosto de 1999.
Guylherme Bentes Jurema

249 OFÍCIO DE NOTAS
Av. Nilo Peçanha, 11/Lj. e 29
TABELIA
Dr. Mário A. de Siqueira
S/Nº 11/10
Edson de Carvalho
Firma conferida por

Reconheço a firma de Edson de Carvalho
Guylherme Bentes Jurema
Guylherme Bentes Jurema
Rio de Janeiro, 21 de Agosto de 95
Em testemunho

EDSON DE CARVALHO
IPERJ 06/017

REGISTRO DE NOTAS - OFÍCIO DE NOTAS
NÚMERO 128721
FOLHA 044
AMPLIADO 03 DE 01 96

Registrado na Ficha Auxiliar nº 397.
Em 10/01/96

2.